

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e
Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação
e Pesquisa em Planejamento Urbano e
Regional

Milton, Esteves Junior; Rangel Nunes, Orlando Vinicius; de Melo Passos, Rafael
Grandes projetos, grandes eventos, turistificação do território: da produção cultural à
mercantilização e espetacularização da cidade e da cultura urbana

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 16, núm. 1, mayo, 2014, pp. 125-
138

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951681008>

GRANDES PROJETOS,
GRANDES EVENTOS,
TURISTIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO:
DA PRODUÇÃO CULTURAL À MERCANTILIZAÇÃO E
ESPETACULARIZAÇÃO DA CIDADE E DA CULTURA URBANA

MILTON ESTEVEZ JUNIOR
ORLANDO VINICIUS RANGEL NUNES
RAFAEL DE MELO PASSOS

R E S U M O : *Este artigo critica o planejamento urbano e a produção do território fundados no incentivo aos processos de espetacularização, patrimonialização, cenarização e museificação do território, que costumam destituir os Valores do patrimônio do circuito da vida pública ao valorizarem os bens patrimoniais e as atividades culturais por matizes e objetivos exclusivamente econômicos. Além disso, o city marketing elege e cristaliza os ícones territoriais, banalizando-os através de propagandas massivas. Esses fatores se verificam por meio de diversas consequências, como a redução das relações afetivas entre habitantes e seus entornos e o esvaziamento dos valores simbólicos e afetivos dos lugares. Trata-se de atacar os grandes projetos, os grandes eventos e o turismo predatório, atrelados à hegemonia do capital econômico, e de defender o potencial do ambiente no desempenho de papéis fundamentais à participação social efetiva na produção, na manutenção e no desfrute dos benefícios do patrimônio, do território e de suas territorialidades.*

P A L A V R A S - C H A V E : *patrimônio; ícones territoriais; city marketing; urbanismo; turismo predatório; topofilia.*

INTRODUÇÃO

Os caminhos e descaminhos adotados pelos atuais paradigmas impositivos do urbanismo utilitário, do planejamento estratégico e da gestão neoliberal do território têm gerado configurações territoriais e urbanas que alimentam as discussões e o imaginário crítico dos urbanistas e desalentam o ideário do *Urbanismo Unitário*. Este pode ser definido como a “teoria do emprego do conjunto das artes e técnicas que participam da construção integral de um meio, em união dinâmica com experiências de comportamento” (BULLETIN IS n. 1, p. 13, tradução nossa); ou ainda como uma forma de contestação aos modos e valores culturais impostos pelo arcaico império do urbanismo espetacular em suas bases lógicas e totalitárias. Essa contestação se deve à conversão do desempenho da cidade, originalmente tida como território vivencial, em base efêmera do fluxo universal da cultura urbana (no que se referem às dinâmicas endógenas ou exógenas desta). Os atuais dispositivos de usura da cidade dispõem de diversos mecanismos táticos, indissoluvelmente associados e manifestados nos grandes

projetos, nos grandes eventos e no turismo intensivo (e/ou predatório). Disfarçados de eventos culturais, anunciados como provedores de diversas finalidades socioeducativas e instalados em aparatosas estruturas físicas extravagantes (parques temáticos, instalações comerciais, complexos culturais e desportivos, complexos hoteleiros e resorts etc.), esses dispositivos estão menos preocupados com a produção cultural e mais interessados no desempenho do seu papel de aparelhos de captura (DELEUZE; GUATTARI, 1995) ou de reprodutores da cultura espetacular (DEBORD, 1997).

Nestes tempos inebriados pelos efeitos da indústria cultural (ADORNO, 2002) e da globalização da economia e da cultura (JAMESON, 2001), temos acompanhado uma série de transformações nas configurações espaciais e nas dinâmicas urbanas que vêm influindo diretamente nos modos de vida dos cidadãos e, consequentemente, nas relações sociais. As localidades estão a tal ponto interconectadas que “os acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1990, p.69). E aquilo que conhecíamos como cidade, ou seja, como o terreno relacional onde ocorria a produção de subjetividade e onde os sujeitos exerciam suas atividades cotidianas e coletivas, converteu-se numa espécie de hiperespaço, aqui denominado *metápole*. Esta é fruto dos paradigmas de produção e de gestão do território vinculados ao planejamento estratégico, ao modelo econômico da produção flexível, à gestão política neoliberal e ao fluxo universal dos valores culturais e materiais, uma conjuntura muito mais atenta à rentabilidade dos investimentos e ao crescimento econômico a qualquer custo do que ao desenvolvimento propriamente dito dos valores locais e dos interesses dos habitantes. Essa conjuntura está muito empenhada na produção de sítios estandardizados e uniformizados, que se replicam à escala planetária e que são paradoxais, pois são de difícil apreensão e compreensão por parte dos próprios habitantes e, por outro lado, são estranhamente familiares para os viajantes quando da primeira fruição de tais sítios. A espacialidade *metapolitana* é ideal para abrigar os citados grandes projetos, grandes eventos e fluxos turísticos intensivos, que dependem de grandes somas de investimento e de recursos para serem viabilizados, por envolverem inúmeros agentes e atores, projetos e programas, intervenções e instalações urbanas.

A compreensão dos modos como esses fatores incidem nas decisões relativas ao planejamento e à gestão do território demandaria discussões mais detalhadas e muito amplas pelo fato de abarcarem e interagirem com inúmeros domínios, tais como os socioeconômicos e políticos, financeiros e comerciais, produtivos e logísticos, técnicos e científicos etc. Tal amplitude ultrapassa a disponibilidade desta breve discussão e poderia conduzi-la a uma transversalidade tangencial e superficial, sem a devida profundidade que esses temas pressupõem. Por isso, este artigo seguirá focado na associação de fenômenos correlacionados a esses fatores e no modo como eles têm incidido na espacialidade urbana, bem como nos modos de vida e no imaginário dos seus habitantes.

Não se trata de negligenciar o papel positivo que os eventos e as manifestações culturais e as viagens podem desempenhar no que se refere à produção de subjetividade, uma vez que operam diretamente sobre os sistemas mnemônico, intelectivo, cognitivo e sensitivo, sobre os saberes, a consciência e a identidade, sobre as sensações, as emoções, as recordações, o imaginário e suas representações etc. Tampouco de minimizar a importância dos conjuntos de espacialidades, instalações e instrumentos que lhes viabilizam (tais como sistemas de transporte e de hospedagem, complexos cultu-

rais e desportivos, sistemas de espaços livres públicos e de lazer etc.). Mas contesta-se a exploração do território pelos aparelhos de captura da indústria turística e da cultura do espetáculo, duas denominações diferentes para enunciar o mesmo fenômeno. Contesta-se, também, o papel dessas instalações para o cotidiano dos grupos sociais, uma vez que vêm servindo muito mais como instrumentos de alienação do que como promotores da sociabilidade.

Apesar das grandes transformações que esses eventos, projetos e fluxos de visitantes pressupõem, muitas delas positivas, cabe questionar a sua atuação na promoção de resultados construtivos para as cidades e a vida urbana. Cabe questionar, assim, se tais transformações têm respondido aos anseios dos habitantes ou servido às dinâmicas de gentrificação, ou seja, à expulsão dos moradores não beneficiados diretamente pelas transformações em questão. Cabe questionar, ainda, se elas têm estimulado a construção de sentimentos topofílicos e de pertença inerentes às relações entre moradores e seus habitats, ou simplesmente estimulado à *museificação, patrimonialização, cenarização, urbanização e disneylandização* do território.

É sobre essas questões que delimitamos este artigo, desenvolvendo, dentro do possível, alguns dos conjuntos conceituais até aqui brevemente introduzidos e referenciados. Tais conjuntos têm sido objeto de nossas investigações científicas e desmembrados em inúmeros trabalhos empíricos correlatos, somando saberes e experimentações cuja extensão e complexidade induzem ao recorte. Por isso, este artigo estará focado numa breve análise dos fenômenos determinantes dos citados modelos paradigmáticos de produção do território e seus reflexos nos atuais contextos ambientais urbanos, bem como nos modos de vida derivados destes. Sem menosprezar a importância das táticas fenomênicas (que eliminam as barreiras entre os objetos de estudo e os sujeitos das pesquisas e priorizam a vivificação e verificação dos fenômenos – como e onde ocorrem e se expressam), preferimos adotar um viés teórico/analítico e um enfoque genérico e generalizante sobre os citados fenômenos e seus desdobramentos, uma vez que estes se referem a processos igualmente genéricos e generalizadores.

DA CIDADE COMO TERRITÓRIO VIVENCIAL AO URBANISMO DO ESPETÁCULO

Apesar do predomínio do ambiente urbano como habitat preferencial da maioria da população mundial, e a despeito da evolução proporcionada pelos avanços econômicos, culturais, técnicos e científicos, a produção do território conserva uma série de paradoxos. Devido à persistência de tais paradoxos, eles se converteram em paradigmas ou em estigmas das cidades (no seu sentido mais amplo de territorialização dos assentamentos humanos) e do urbanismo (entendido simultaneamente como processo e como ciência). Os atuais modos de produção do território, regidos pela lógica global e pelo modelo de gestão neoliberal, transcendem às peculiaridades geológicas e sociais preexistentes das localidades, limitando a potência do planejamento urbano a mero aparelho de captura do urbanismo utilitário e do planejamento estratégico. Por conta de tal subjugio, o planejamento urbano abandonou sua visão prospectiva em prol do devir urbano para atrelar-se aos instrumentos da mercantilização do território.

A partir do século XIX e numa escala global, a cidade e a cultura urbana passaram a ser regidas por novos paradigmas determinados por avanços técnico-científicos, por

uma produção industrial massiva e por meios e veículos de transporte, circulação e comunicação, que determinaram situações até então incomuns, tais como: a efetiva uniformização do tempo; a desmaterialização dos limites espaciais para liberar, teoricamente, os assentamentos humanos das fronteiras territoriais, podendo instalar-se em qualquer sítio e estender-se indefinidamente; a proximidade (real ou virtual) entre localidades; a pretensão à autossuficiência na obtenção de recursos necessários à sobrevivência e à comodidade humanas; e a substituição dos valores de troca pelos de mercado em prol da acumulação material (já materializada na forma de “moeda” e virtualizada na forma de capital). Tais situações se converteram em vantagens para os administradores financeiros e comerciais, que não tardaram em dar um passo adiante nesse processo em direção à mercantilização dos valores materiais, patrimoniais, econômicos e territoriais, substituindo-os por domínios de corretagem, ou seja, por divisas (no sentido de valor cambial). E esses agentes não tardaram em fazer com que esse grupo de novos valores fosse subsequentemente virtualizado e substituído por imagens, o que Debord (1997) identifica como a passagem de um modelo social em que predominavam os valores vivenciais dos sujeitos e dos grupos sociais para o da sociedade do espetáculo, na qual a realidade é substituída por aparência e os valores sociais, materiais e vivenciais são virtualizados e transformados em índices abstratos.

E a cidade foi o artefato mais afetado por esse conjunto de agentes e seus poderes transformadores, que a fizeram passar de lugar referencial dos habitantes a uma espécie de panaceia, de terreno capaz de desempenhar o papel de remédio universal e de resolver qualquer problema. Grande ilusão, pois ela (a cidade) converter-se-ia num vórtice de conflitos e do processo de metropolização. Este se aliou aos métodos e técnicas racionalistas de reprodução massiva com resultados previsíveis: eliminação do espírito crítico do homem para as questões ambientais; crescimento urbano com os mesmos critérios utilizados para a criação de máquinas e a reprodução de bens de consumo; e vinculação e polarização das atividades urbanas (cotidianas ou efêmeras) de trabalho e ócio aos arquétipos da cultura espetacular (*panis et circenses*).

A ânsia provocada pelo consumo massivo foi fator imperativo de intensos fluxos migratórios em direção às cidades e para que estas adotassem uma postura autodestrutiva. Tais fluxos provocaram o esvaziamento das zonas rurais e uma tomada de assalto à cidade, um processo inicialmente centrípeto que, posteriormente, foi revertido por forças centrífugas que promoveram a mercantilização da cidade e a explosão urbana. Assim, as zonas rurais e periurbanas se converteram em estoques de reserva da especulação imobiliária, e a eclosão das metrópoles, pretensamente organizadas como sistemas de zonas funcionais, as transmutou em *metápoles*, conforme veremos a seguir.

DA CONCENTRAÇÃO METROPOLITANA À DISPERSÃO METAPOLITANA

A comemoração da pseudoliberdade provocada pelos modos de vida modernos não passou de blefe que ocultou três faces de uma dura realidade: 1 - um sistema de produção que conduziu todas as funções vitais da sociedade a uma total dependência do trabalho – grande autoridade para o controle econômico, para a separação dos tempos destinados à produção, à circulação e ao ócio (que são efetivamente dedicados às técnicas de reprodução e ao consumo alienado), para a divisão metodológica de

saberes e de tarefas e para a separação hierárquica da sociedade em classes (definidas por um único denominador comum: o da recompensa financeira pela competitividade e capacidade para conquistar cúmplices e superar adversários); 2 - uma produção massiva e serial que deveria proporcionar uma liberação do proletariado, mas efetivamente só permite liberdade à mercadoria, já homogeneizada e homologada como padrão de satisfação dos desejos (e não mais das necessidades materiais) de alguns, excetuando-se o próprio proletariado, impedido de consumir a abundância material que continua ajudando a produzir; e 3 – a liberdade autoproclamada por parte do planejamento estratégico e da política neoliberal para a produção e gestão do território.

E é sobre essa terceira faceta, relacionada à espacialidade urbana propriamente dita, que centraremos a crítica deste item e que pode ser resumida em um único vocabulário conceitual: o urbanismo. Para Debord (1997), o urbanismo não existe. É, por definição, a educação capitalista do espaço. É a materialização do possível que costuma ser mais praticado no papel do que no próprio terreno, sobretudo quando regido por regras e leis estabelecidas pelo “poder” e transmitidas simplesmente como exposição publicitária ou espetacular. O urbanismo espetacular é a expressão do consentimento e a prática burocrática do condicionamento; é a definitiva apropriação do ambiente (*lato sensu*) pelo Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 2006); é o cenário preferencial da organização espetacular e o mais importante recurso publicitário para autopromoção desta organização, na forma de remodelação da decoração da paisagem e de atividades pretensamente voltadas ao desenvolvimento cultural.

O urbanismo é a realização moderna da tarefa permanente que salvaguarda o poder de classe: a manutenção da atomização de trabalhadores que as condições urbanas de produção tinham perigosamente *reunido*. A luta sempre travada contra todos os aspectos dessa possibilidade de encontro descobre no urbanismo seu campo privilegiado. O esforço de todos os poderes estabelecidos, desde as experiências da Revolução Francesa, para ampliar os meios de manter a ordem na rua culmina afinal com a supressão da rua. “Com os meios de comunicação de massa a longa distância, o isolamento da população revelou-se um meio de controle bem mais eficaz”, constata Lewis Mumford em *La Cité à travers l'histoire*, ao descrever um “mundo doravante de mão única”. Mas o movimento geral do isolamento, que é a realidade do urbanismo, deve também conter uma reintegração controlada dos trabalhadores, segundo as necessidades planificáveis da produção e do consumo. A integração do sistema deve recuperar os indivíduos isolados como indivíduos *isolados em conjunto*: as fábricas e os centros culturais, os clubes de férias e os “condomínios residenciais” são organizados de propósito para os fins dessa pseudocoletividade que acompanha também o indivíduo isolado na *célula familiar*: o emprego generalizado de aparelhos receptores de mensagem espetacular faz com esse isolamento seja povoado pelas imagens dominantes, imagens que adquirem sua plena força por causa desse isolamento (DEBORD, 1997, p. 113-114, grifos do autor).

Na condição de territorialização da cultura espetacular, o urbanismo corresponde à organização de manifestações mascaradas de integração comunitária, uma vez que é mais propriamente a formalização da segregação que impede o sentimento de coletividade; corresponde ao pastiche, à reprodução serial de ícones urbanos utilizados como decalques e simulacros (ESTEVES JR., 1997; 2003). Nessa rota do pastiche e do simulacro, vale mencionar o papel dos grandes projetos determinados pelo urba-

nismo espetacular para estimular o turismo de massas, um conjunto capaz de gerar espacialidades estereotípicas (que apagam os referentes para triunfo das referências) em prol da mercantilização do território (que apaga o valor de uso para a dominação do valor de troca).

Entretanto, essa onipresença do pastiche não é compatível com um certo humor nem é totalmente desprovida de paixão: ela é, ao menos, compatível com a dependência e com o vício – com esse apetite, historicamente original, dos consumidores por um mundo transformado em mera imagem de si próprio, por pseudo-eventos e por “espetáculos” (o termo utilizado pelos situacionistas). É para esses objetos que devemos reservar a concepção de Platão de “simulacro”, a cópia idêntica de algo cujo original jamais existiu. De forma bastante apropriada, a cultura do simulacro entrou em circulação em uma sociedade em que o valor de troca se generalizou a tal ponto que mesmo a lembrança do valor de uso se apagou, uma sociedade em que, segundo observou Guy Debord, em uma frase memorável, “a imagem se tornou a forma final da reificação”. (JAMESON, 2007, p. 45).

O urbanismo e a cultura urbana estão cada vez mais subordinados a um papel utilitário da cultura espetacular para facilitar a movimentação das mercadorias, a circulação dos veículos particulares e a expansão do mercado imobiliário. E seu papel para o Estado é o de viabilizar os múltiplos urbanismos práticos possíveis, de “ordenar” espacialmente a distinção entre bens e mercadorias e entre consumidor e subsistência, emoldurando-os no quadro das pseudonecessidades da economia autônoma em prol do desenvolvimento econômico, da multiplicação de seu poder com finalidades capitalísticas e da acumulação de bens supérfluos com tendência ao infinito.

Subjugado dessa forma, o planejamento urbano costuma impor um modelo canônico de concepção e de crescimento das cidades, crescimento que se alterna em duas frentes de ação: a do abandono de ambiências consolidadas e consideradas ultrapassadas, justificando a criação de novas frentes para a expansão urbana; e a da retomada das mesmas áreas abandonadas quando já se encontram deterioradas, convertendo-as em objeto de recuperação de valores patrimoniais que haviam sido relegados ao esquecimento para ressignificá-los em prol da mercantilização da cidade.

No primeiro caso, em contraste com o modelo de adensamento (igualmente perverso pelo esgotamento de infraestruturas, de serviços e de espaços livres públicos), o crescimento atomizado das cidades espalha novos polos de atração à espera do crescimento das redes de instalações, de serviços e de conectividade urbanas, gerando estruturas pulverizadas em meio a vazios, áreas marginais, ocupações clandestinas, zonas industriais e invasões de áreas de proteção ambiental. No segundo, os programas e projetos para restauração, recuperação, revitalização e/ou reestruturação dos valores patrimoniais são justificados por retóricas historicistas e critérios museológicos altamente discutíveis, uma vez que os agentes que causaram o citado abandono são os mesmos que requerem sua recuperação.

Dentre os pontos comuns a essas duas frentes, destaca-se a recorrente estratégia projetual da produção de novos ícones arquitetônicos e/ou novas espacialidades urbanas – com inserções extraordinárias e elegantes –, isentos de interação com entornos preexistentes e/ou em meio a contextos deteriorados e desintegrados. Tal estratégia demanda projetos e obras de custos exorbitantes em detrimento do combate aos problemas estruturais já existentes, que, geralmente, são acentuados quando associados

ao crescimento urbano acelerado e desordenado. Outro ponto comum nessas duas frentes é que ambas se converteram nos principais nichos de mercado patrocinados por (e patrocinadores dos) agentes políticos e das indústrias imobiliária, cultural e turística; estes são os que verdadeiramente lucram com o crescimento a qualquer custo da cidade, com a projetação e implementação dos grandes projetos e com a circulação massiva de visitantes. Cabe destacar os efeitos que esses modelos exercem nas configurações espaciais urbanas e no imaginário dos habitantes.

No caso das configurações espaciais, é nítido o esfacelamento das unidades ambientais em razão do espalhamento urbano. Com isso, a cidade e as regiões metropolitanas vêm assumindo contornos cada vez mais difusos, ambíguos, fraturados e desconexos, num tipo de crescimento que provoca um grande contrassenso entre o desejável desenvolvimento e o crescimento por meio da clivagem de espacialidades dispersas, extremamente distinguidas e diferentemente assistidas. Diversos neologismos sucederam-se para denominar as transfigurações urbanas ocorridas ao longo do século XX: explosão metropolitana; cidade-região; cidades mundiais; rurbanização; *technoburb*; subúrbia; ecópolis; cidade difusa; *edgecity*; cidade global; periurbanização; pós-metropolização; telépolis; *bit city*; *megacity*; *edgeless city*; cidade policêntrica; cidade centrípeta; cidade *donut*; cidade fortificada; cidade promíscua; cidade fágica... Adotaremos, aqui, os conceitos *metápole* e *metapolitano* para, respectivamente, designar a territorialização desse processo nas cidades e para sintetizar esse processo e suas evolutivas transfigurações.

A morfologia *metapolitana* transmutou lógicas ancestrais de ordenamento do território, de crescimento e de desenvolvimento urbano harmônico em torno de um “núcleo duro” por um modelo calcado na dispersão de setores atomizados, estabelecendo relações conflitivas e de exclusão entre fluxos (que transcendem a movimentação física no território e pressupõem uma complexa associação de movimentos e deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informações) e fixos (equipamentos e serviços urbanos fundamentais). Assim, as *metápoles* perverteram as noções de associação, de convivência e de *continuum* urbano, e passaram a ser adotadas como sítio preferencial da “produção flexível”, que tem nos aparelhos logísticos seus principais recursos operacionais. O espalhamento *metapolitano* pulveriza subsistemas de tecidos elásticos e amorfos indiferentes aos contextos naturais, geomorfológicos, sociais e urbanos onde são inseridos; juxtapõe enclaves estratégicos ou ilhas de colonização imobiliária por meio de instalações ligadas à produção, ao ócio, ao setor terciário, ao turismo e (até mesmo) aos assentamentos humanos. É evidente que esse modelo decorre do predomínio da mobilidade individual, das enormes redes de conectividade e de fluxos que tendem à multiplicação dos intercâmbios e atendem às multipolaridades megaurbanas em meio aos vazios, às áreas marginais, às ocupações clandestinas e às invasões de áreas de proteção ambiental.

Na escala global, esse processo aumenta o abismo entre cidades globais e periféricas. Na escala local, provoca confronto entre unidades de vizinhança e impõe novos riscos ambientais, políticos e vivenciais, porque retalha o território e a vida social em fragmentos desassociados; homologa a segmentação espacial e a segregação social ao separar e agrupar assemelhados “organizados” em guetos; e promove a distribuição desigual dos benefícios. As atuais distâncias territoriais não são mais medidas em termos dimensionais, mas sim qualitativos, resultando numa espécie de hiperespaço gerador de espacialidades e movimentos cada vez menos coerentes e realidades cada vez mais

instáveis, líquidas e irreconhecíveis. Tal modelo está refém de um desenvolvimento econômico que perverte qualquer lógica política, financeira ou ambiental das localidades, pois adota parâmetros urbanísticos e de gestão territorial que, ao invés de provirem de responsabilidades e interesses “suprapolíticos”, preferem atentar às estratégias mercadológicas do âmbito político-partidário.

Em contraste com o modelo compacto das metrópoles tradicionais, o crescimento atomizado *metapolitano* espalha (de modo aleatório) novas polaridades isentas de urbanidade, continuidade ou associação, gerando inúmeros vazios intersticiais à mercê dos investimentos especulativos e onde são instalados grandes projetos urbanos (condomínios fechados de alto padrão, aeroportos, parques industriais e tecnológicos, *shopping centers* etc.). O modelo fractal *metapolitano* cria novas polaridades que funcionam como pontos de fuga dos movimentos centrífugos de expansão urbana; inicialmente repelidas e marginalizadas como centros secundários, essas novas polaridades servem de pontos de ignição das futuras recomposições parciais do infiusto modelo de aglomeração, ou seja, para os futuros centros de decomposição espacial.

No caso do imaginário dos habitantes, devemos levar em conta a influência do ambiente tanto na produção de subjetividades quanto das relações intersubjetivas. Concordando com Foucault (1997), entendemos por produção de subjetividade o “cuidado de si” e, simultaneamente, a experiência somada à capacidade de processar transformações. O conceito de subjetividade está indissociavelmente ligado ao de “governamentalidade” que, segundo o mesmo autor, encontra-se na articulação entre o governo de si e suas relações com o outro, por isso não deve ficar restrito à “crítica necessária às conceituações correntes do ‘poder’ (mais ou menos confusamente pensado como um sistema unitário, organizado em torno de um centro [...])” (FOUCAULT, 1997, p. 110), embora saibamos que, em muitos casos, essa centralidade do “poder” continua imperando suntuosamente.

Essa conceituação nos leva a questionar: que tipos de subjetividades vêm sendo produzidas a partir das espacialidades e territorialidades *metapolitanas*? Que tipos de interações sociais vêm sendo possibilitadas por essas mesmas espacialidades e territorialidades reféns das esferas políticas e econômicas vigentes? Tais esferas permitem o desenvolvimento da governamentalidade positiva ou instituem uma governança impositiva?

Nossas experiências nas cidades hodiernas têm aumentado muito mais as preocupações sobre essas questões do que revelado bons encaminhamentos, sobretudo devido à extrema polarização e contraposição entre as categorias sociais (a do sujeito e a do corpo social) e suas correspondentes categorias espaciais (a dos espaços privados e a dos espaços públicos). A economia da abundância incumbiu o urbanismo de administrar e ambientar a organização polarizada dessas duas categorias, materializando-as por meio dos seus principais símbolos condensados (respectivamente) na casa e no automóvel.

Essa contraposição tem estimulado muito mais o individualismo do que os interesses comuns; tem levado à produção de habitações mais propícias a se converterem em refúgios da propriedade privada do que em índices dos moradores em oposição positiva ao estranhamento; tem conduzido mais à produção de enclaves fortificados (CALDEIRA 1997) para o encarceramento dos indivíduos entre iguais do que ao abrigo da intimidade em compensação positiva ao estranhamento e à impessoalidade; tem levado à produção de espaços públicos ermos, concebidos e utilizados muito mais como lugares de ninguém do que de convergência e de convivência sociais; tem resul-

tado em configurações espaciais urbanas muito mais aptas a caracterizarem-se como espaços êmicos (BAUMAN, 2000) do que como ícones da topofilia (TUAN, 1980).

Esse elenco de paradigmas, que se converteram num “lugar comum” dos discursos críticos movidos pela paixão dos pensadores das ciências urbanas, deriva dos efeitos da mercantilização da cidade, estabelecida a partir de um equívoco cognitivo que atribui existência concreta e objetiva a uma realidade fictícia, confirmando a eficiência da propaganda que consegue convencer que o ideal é morar em novos bairros onde não existe cidade ou, ainda pior, que negam a própria cidade. Essas estratégias mercadológicas são capazes de converter locais que oferecem riscos (econômicos, ambientais e vivenciais) em excelentes negócios; são capazes de vincular a imagem de seus empreendimentos imobiliários a um imaginário constituído em “paisagens naturais e idílicas”, que serão destruídas quando da implementação dos mesmos empreendimentos.

Não faltariam motivos, referências teóricas e exemplos para continuarmos com esta leitura crítica sobre os paradigmas e seus efeitos na espacialidade urbana e na vida de seus habitantes, mas, de modo direto ou indireto, tanto esses temas quanto essa leitura crítica continuarão a ser abordados em suas relações com os valores patrimoniais e as formas de sua captura pelos agentes econômicos e políticos.

DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL À PATRIMONIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A definição de patrimônio aqui assumida assemelha-se à da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), estabelecida na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972 (UNESCO, 1972). Assim, esse conceito inclui os bens artísticos e os sítios naturais ou construídos de Valores universais e excepcionais dos pontos de vista estético, etnológico, antropológico ou científico. A ideia de Valor é especialmente utilizada aqui como locução-chave, que inclui uma inquietante ambiguidade: de um lado, destaca-se a noção de mais-valia, ou seja, derivada de uma relação financeira devido a fatores como interesse, agrado, beleza e atração; por outro, destacamos a conotação aqui defendida – associada aos bens patrimoniais qualificados e relacionados à produção de subjetividade para os habitantes locais (independentemente das materialidades passíveis de serem mercantilizadas).

Segundo Barreto (2000), é considerado patrimônio o conjunto de elementos que caracteriza os grupos sociais e inclui signos de hábitos, usos e costumes capazes de enraizar os seres humanos na cultura e no território. Admite-se, então, falar além do patrimônio cultural, do patrimônio territorial, e entendê-los como elementos que corporificam a identidade de um povo; como salvo-conduto aos estímulos e mudanças repentinas da sociedade mundializada; como o vínculo entre a população e seus laços com seus antepassados. Assim, o território assume seu papel de patrimônio ao sintetizar o lugar das relações sociais e de funções humanas essenciais, como habitar, viver e produzir, indo além do simples *locus* de produção econômica e onde se estabelecem os fluxos materiais e culturais.

Para Choay (2008), o patrimônio é o culminar de uma dialética entre a história e a historicidade, que atualmente têm seus valores de uso ressignificados ao incorporarem características patrimonialistas, cenográficas e museológicas. Essas três caracte-

rísticas serão adiante analisadas pelos fenômenos de patrimonialização, cenarização e museificação do território.

A primeira das citadas características – da patrimonialização do território – difere em muito do incremento das desejáveis relações entre as populações e seu patrimônio territorial, e é entendida como a obsessiva conversão de bens em patrimônio material ou imaterial, processo que tem merecido diversas outras alcunhas como “histeria patrimonial” (PEIXOTO, 1998), “alegoria do patrimônio” (CHOAY, 2008) e “loucura patrimonial” (JEUDY, 1990, tradução nossa). Enquanto o patrimônio cultural se desdobra em debates centrados nos valores sociais, a patrimonialização se debruça sobre os meios de revalorização, ressignificação, reutilização e reativação de memórias. A patrimonialização é, portanto, um processo segundo o qual alguns signos dos usos, costumes ou hábitos culturais são selecionados e, posteriormente, tutelados pelo poder público com o propósito de sua conservação e retirada do circuito das transformações sociais e territoriais.

Os critérios para seleção dos bens a serem patrimonializados estão à margem de qualquer valor original, pois são os “sujeitos modernos” que atribuem o caráter, o valor identitário e o significado dos monumentos (RIEGL, 1987), os quais serão eleitos como dignos de serem preservados. Estes critérios estão mais associados a tensões, conflitos e negociações do que a fatores técnicos, históricos ou simbólicos. A patrimonialização é um processo de longa data, que foi deflagrado após a Revolução Francesa (CRUZ, 2012), cujo objetivo – naquele período – era proteger as manifestações sociais de um dado tempo e de certos grupos populacionais de perturbações insensíveis à memória. Entretanto, o que se observa na atualidade é o congelamento das manifestações sociais, cuja principal propriedade deveria ser a constante evolução (MENESES, 1996) decorrente de forças endógenas ou exógenas que nelas atuam. Para os Estados Nacionais, a patrimonialização e a exploração dos bens patrimoniais ainda são vistas como passivos disponíveis para salvaguarda, sobrevivência ou incremento das economias estatais.

A segunda característica é a da denominada cenarização do Valor simbólico, e é decorrente da criação de cenários montados em uma “realidade estereotipada” (e muitas vezes virtual), por meio da simples transfusão de elementos de determinados contextos espaciais e temporais para outros. Esta prática reafirma a eliminação dos conflitos naturalmente presentes nas manifestações sociais e patrimoniais, condenando-os a formas imutáveis e puristas (FERNANDES, 2006). A cenarização se desenvolve em dinâmicas de mutação da cidade nas diversas escalas, agindo desde o interior dos edifícios históricos até a morfologia dos grandes núcleos urbanos. É no núcleo fundacional das cidades que a cenarização atua com mais ênfase, provocando processos de gentrificação e de tematização, após o citado processo de abandono em prol de novas centralidades e de deterioração, para sua consequente reconversão em zonas residenciais de alto padrão, zonas turísticas ou culturais.

Os principais estratagemas da cenarização são concebidos em nome da arte, da beleza, da cultura e dos valores identitários, conceitos que reforçam as estratégias de promoção urbana por meio de força política sensacionalista para legitimação de quaisquer intervenções (ARANTES, 2001). São nesses cenários que se desenrolam os grandes eventos de cunho artístico, cultural ou desportivo, instalados em localidades previamente selecionadas na tentativa de justificar a revitalização dos espaços cidadãos entendidos como mortos (MUSEIFICAÇÃO, 2008). Dentre os resultados desses

processos destacam-se uma ampla gama de operações sociais excludentes, de experiências plásticas sob a forma de adornos, de lugares de fácil compreensão e facilitadores do consumo e de agentes turísticos.

A terceira marca desta ressignificação do patrimônio é a da museificação, conceito que semanticamente deve ser distinguido da palavra musealização. Esta, para Jacques (2003), é a proliferação massiva de museus distribuídos por uma cidade, enquanto museificação se refere à transformação da cidade em museu. Na atualidade (e exageros à parte), podemos falar em museificação planetária devido às facilidades de deslocamentos para visitação de diversos espaços destinados à cultura distribuídos pela superfície do globo, o que torna o próprio planeta uma espécie de grande museu.

Museu não designa, nesse caso, um lugar ou um espaço físico determinado, mas a dimensão separada para a qual se transfere o que há um tempo era percebido como verdadeiro e decisivo, e agora já não é. O Museu pode coincidir, nesse sentido, com uma cidade inteira [...], com uma região [...] e até mesmo com um grupo de indivíduos (enquanto representa uma forma de vida que desapareceu). De forma mais geral, tudo hoje pode tornar-se Museu, na medida em que esse termo indica simplesmente a exposição de uma impossibilidade de usar, de habitar, de fazer experiência. (AGAMBEN, 2007, p. 65).

As justificativas para as estratégias de museificação são várias e vão desde o desenvolvimento de um sentimento nacionalista à revitalização de centros urbanos, objetivando torná-los competitivos no circuito mundial da cultura e do turismo. Assim, a museificação assume uma conotação mais voltada às finalidades econômicas do que às funções socioeducativas. Vide o citado processo de abandono dos centros urbanos pela expansão da *metápole*, como se estivessem mortos, que, após a museificação, são muitas vezes tornados congelados, imutáveis e sem atividades próprias em prol da homogeneização do território sob as influências do mercado extralocal.

Salvo as diferenças conceituais entre essas três características, destacam-se alguns traços comuns decorrentes dos seus efeitos sobre os processos de urbanização: 1 - a atuação de agentes que, sem nenhuma ingenuidade, utilizam da patrimonialização, cenarização e museificação quase sempre para provocar gentrificação e violação dos direitos de moradia, do mesmo modo que as utilizam para ocultar as zonas urbanas onde imperam a precariedade e a pobreza; 2 - a utilização da cultura por parte do Estado como seu quinto poder (MUSEIFICAÇÃO, 2008); 3 - a homogeneização dos valores identitários em escala mundial por meio de aparatos culturais, megaeventos, arquiteturas monumentais e circuitos turísticos sem qualquer correlação com as prerrogativas locais; 4 - o contrassenso entre os efeitos dos grandes projetos para adequação da estrutura urbana às normas internacionais de segurança e conforto em intervenções locais frente à degradação da qualidade de vida urbana; 5 - a priorização de investimentos na implementação de adornos, maquiagens e infraestruturas que atendam exclusivamente aos megaeventos, sem, no entanto, investir em uma cidade para todos e em questões estruturantes como mobilidade, lazer, habitação etc. 6 - a sobrepujança dos investimentos orientados pelas necessidades dos megaeventos em detrimento da preservação ambiental; 7 - a banalização das manifestações culturais próprias dos lugares substituídas pela cultura do espetáculo; e 8 - a transformação do território em coleções de símbolos, convertendo-os em patrimônio da cultura oficial a ser preservado. Deste modo, conforme afirma Arantes (2001), a cultura e seus

símbolos se decompõem em ingredientes indispensáveis ao mercado, em uma espécie de circo sem alma, em um grande fetiche para a exaltação do consumo travestido e legitimado na forma de cultura.

À GUIA DE CONCLUSÃO

A despeito de toda parafernália resultante desses grandes eventos e seus grandes projetos, os benefícios gerados, em termos de qualidade urbana, costumam ser pontuais, e ao invés de priorizarem a extensão das benesses à totalidade urbana, têm acirrado as disparidades já existentes e provocado a *urbanalização*, ou seja, a banalização da cultura urbana. Em termos financeiros, tais benefícios estão muito mais afetos ao desenvolvimento dos recursos materiais e econômicos dos agentes corporativos e destinados a interesses mercadológicos e políticos supralocais do que ao desenvolvimento dos lugares onde se instalaram. E em termos vivenciais, ao invés de promoverem as relações afetivas entre habitantes e destes com o seu habitat, entendidas como valioso patrimônio onde se desenvolvem a produção de subjetividades e as prerrogativas da vida social, vêm incitando sentimentos desprezíveis como ufanismo (num sentido comum), bairrismo (no âmbito local) e alienação (na esfera dos sujeitos).

Cada vez mais o patrimônio territorial deixa de acumular símbolos e enraizar os habitantes para se converter em produto a ser consumido em escala mundial, a ser especulado por uma ampla gama de agentes e suas eficazes estratégias que, por meio da imagem urbana e do turismo, enaltecem valores simbólicos para incremento da acumulação do capital. Esses agentes econômicos se apropriam dos símbolos e ícones das artes, das estruturas públicas reconhecidas como inovadoras, das instalações monumentais e dos eventos socioculturais para fomentar o turismo de massas. Desse modo, tais agentes colonizam o tempo histórico e as próteses memoriais como condição para inseri-las no varejo; para tanto, criam grandes parafernálias publicitárias de alto impacto, a exemplo de *city marketing*, a ponto de muitas cidades só serem reconhecidas pelo imaginário coletivo se adotarem essas estratégias de autopromoção.

O Estado e seus aparelhos voltados à administração pública, contrariando suas atribuições de zelar pelos bens patrimoniais territoriais, assumem o papel de agentes econômicos, incrementando os atrativos turísticos e ampliando a mercantilização do patrimônio territorial, sem necessariamente nobilitar a qualidade de vida de seus habitantes. Discursam em prol de apelações nacionalistas e ideológicas para exploração do turismo sem incrementar a identificação entre as populações e seus signos. Deste modo, o significado, a identidade e a própria materialidade do território e das cidades se transfiguraram em mercados permanentes de produtos e eventos, em não-lugares, em meros ornamentos do desenvolvimento cultural (JEUDY, 2005). Embora a atuação desses agentes varie de acordo com cada localidade, o resultado costuma priorizar a acumulação de riquezas dos empresários, dos profissionais especializados e das grandes corporações.

Foi difícil resistir à tentação de escolher uma situação e/ou um local para sintetizar as análises aqui realizadas, sobretudo com as transformações urbanas que vêm ocorrendo nas cidades que vão sediar a próxima Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, por exemplo. Mas optamos pela concepção teórica do desenvolvimento cognitivo – na esperança de podermos ajudar os nossos amigos habitantes dessas cidades a entender o que nelas vêm ocorrendo. E já contamos com diversas informações que

relatam, com riqueza de detalhes e requintes de crueldade, os impactos que esses eventos vêm gerando (ver, por exemplo, as informações geradas pelo Observatório das Metrópoles). De nossa parte, resta a esperança de que nossa impressão esteja incorreta sobre a pergunta que não quer calar: afinal, quais os benefícios reais que serão revertidos para essas cidades frente aos números astronômicos que estão envolvidos na preparação desses eventos?

Este artigo foi elaborado na cidade de Vitória (ES), excluída desses circuitos de eventos globais; mas nem por isso estamos isentados dos efeitos destes nem de outros tantos (inclusive locais) engendrados por tais fenômenos. No período de finalização deste artigo, por exemplo, as comemorações do Carnaval transformaram o centro desta cidade num verdadeiro pandemônio espetacular, impedindo qualquer atividade intelectiva e comprometendo a sintetização destas conclusões. Mas, na quarta-feira de cinzas, a pasmaceira já havia voltado com força total!

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. *Indústria cultural e sociedade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AGAMBEN, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. 2. ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2001.
- BARRETO, M. *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas: Papirus, 2000.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BULLETIN IS. In: *Internationale Situationniste – 1958-1969*. Amsterdã: Van Gennep, 1970.
- CALDEIRA, T. P. R. Enclaves fortificados: uma nova segregação urbana. *Novos Estudos CE-BRAP*, São Paulo, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- CRUZ, R. C. A. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *GEOUSP - espaço e tempo*, São Paulo, n. 31, p. 95-104, 2012. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewFile/537/281>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 5 v.
- ESTEVES JR., M. *Movemo-nos à deriva e somos devorados pelo espetáculo: revisando o olhar marginal e as propostas situacionistas sobre sociedade, arte e cidade*. 1997. Tese (Doutorado em História da Arquitetura e História da Cidade) – Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 1997.
- _____. Da realidade do planejamento fragmentista à utopia do Urbanismo Unitário: o medo e o cuidado dos urbanistas na hora da projeção urbana. In: ESTEVES JR., M.; MONTOYA U. U. (Org.). *Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade*. Salvador: EDUFBA, 2003, p. 21-40.
- FERNANDES, A. Cidades e cultura: rompimento e promessa. In: JEUDY, H. P.; JACQUES, P. B (Org.). *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006. p. 51-64.
- FOUCAULT, M. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1990.
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. 17. ed. Campinas: Papirus, 2006.

Milton Esteves Junior é arquiteto e urbanista pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS); mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP); doutor em História da Arquitetura e História da Cidade pela Universitat Politècnica de Catalunya; professor associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. E-mail: m.estevesg3@gmail.com.

Orlando Vinícius Rangel Nunes é arquiteto e urbanista pelas Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ); mestrande em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. E-mail: orlandovrnunes@gmail.com.

Rafael de Melo Passos é arquiteto e urbanista e mestrande em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. E-mail: rafapassos84@yahoo.com.br.

Artigo recebido em março de 2014 e aprovado para publicação em maio de 2014.

- JACQUES, P. B. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? *RUA*, Salvador, v. 6, n. 1, p. 32-39, 2003.
- JAMESON, F. Globalização e estratégia política. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 61, p. 3-19, nov. 2001.
- _____. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- JEUDY, H. P. Introduction. In: _____ (Org.). *Patrimoines en folie*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1990. p. 1-10.
- _____. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- MENESES, U. T. B. Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 88-99.
- MUSEIFICAÇÃO dos centros urbanos: debate com Manuel Delgado e Raquel Rolnik. Produção de Universidade de São Paulo. São Paulo: IPTV, 2008. Disponível em: <<http://iptv.usp.br/portal/skins/default/imgsIPTV/video.action;jsessionid=8A7C22B5445C992D7EC5D385D-15C0972?idItem=2627>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- PEIXOTO, P. *Os meios rurais e a descoberta do património*. 1998. Comunicação apresentada na atividade “conversas à volta das estrelas”, campo europeu do património, Souto Bom, Tondela. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/175.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- RIEGL, A. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1987.
- TUAN, Y. F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Diefel, 1980.
- UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

A B S T R A C T : *This paper makes a critical review about the cultural and territorial development models based in the process that change territories into spectacles, heritage, sceneries and museums, which usually removes the heritage values from the public life circuit and, at the same time, values the heritage goods / identities only by the economic bias. Additionally, the ‘city marketing’ elects, isolates and crystallizes territorial icons, trivializing them by their insertion in mass advertisements. We can verify these factors by their various consequences such as the reduction of emotional relationships between people and their environments, and the depletion of symbolic and emotional values of the places. As opposed to simply fight against big projects, big events and predatory tourism, we prefer to defend the adoption of environments as a way to integrate the effective social participation in the production, maintenance and enjoying of heritage benefits, of the territory and its territoriality.*

K E Y W O R D S : *heritage; territorial icons; city marketing; urbanism; predatory tourism; topophilia.*